Bro 142/22 fol




Informations Ouvrieres

# A Esquerda Portuguesa Frente As Eleições

ezembro 1976
partacist Publishing Co.
ox 1377, GPO/N.Y., N.Y. 10001/ E.U.A.



4$00 Portugal
$0,25 E.U.A. e Canada

Bro 142/22 Fol



Avante!

# Eleições fingidas em Portugal

**—de Workers Vanguard No. 67, 25 de Abril de 1975**

16 DE ABRIL—Desde que o Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou a ditadura direitista de Marcello Caetano em Abril do ano passado, terminando 45 anos de dominação corporativista em Portugal, ele tem agido como um árbitro bonapartista, procurando equilibrar-se entre fôrças de classe em competição, para prevenir os "excessos" tanto da contra-revolução quanto da revolução. Quando os trabalhadores procuraram tomar vantagem de sua recém adquirida liberdade, o MFA quebrou uma onda de greves em Maio-Junho com a ameaça do uso de tropas contra os trabalhadores dos correios. Todavia logo depois ele revirou completamente e não deixou elementos conservadores proibirem o PC de participar no primeiro governo provisório.

Similarmente, em Setembro, oficiais esquerdistas expulsaram grevistas das instalações dos TAP e em seguida frustraram uma tentativa do presidente general António de Spínola de mobilizar uma "maioria silenciosa" direitista para um golpe de estado vindo de cima. Recentemente depois de um "putsch" fracassado tentado por oficiais spinolistas em 11 de Março, o MFA nacionalizou bancos e companhias de seguro, formou um "Conselho Supremo da Revolução" e simultâneamente reprimiu radicais "indisciplinados".

Como o PC, o MFA advoga uma "revolução democrática". O programa do MFA é centrado em revindicações democratico-burguesas clássicas tais como: "liberdade de expressão", "liberdade de associação", "direito de assembléia", "liberdade sindical", "abolição da censura", "amnistia imediata para todos prisioneiros políticos" e eleições para uma assembléia nacional dentro de 12 meses. Mas para cumprir o seu papel bonapartista, na prática o MFA tem limitado severamente os direitos democráticos, especialmente para esquerdistas e para o movimento operário.

Dessa maneira sindicatos liderados por oponentes esquerdistas do regime militar são sujeitos à intervenções do governo e os seus lideres são presos. Greves são quase totalmente proibidas. A censura foi reinstituida Junho último e jornais de esquerda foram banidos, as vezes por várias semanas. Manifestações de esquerdistas frequentemente são declaradas ilegais, partidos maoistas tem sido legalmente desautorizados e seus membros postos em prisões.

Como consolação para os conservadores domésticos e por causa da pressão imperialista, eleições para uma assembléia constituinte serão realizadas como previsto em 25 de Abril, mas sob condições cuidadosamente controladas. Dois grupos maoistas, o MRPP e a AOC, foram proibidos de participarem nas eleições e um terceiro, a FEC-ML foi temporàriamente suspensa por ter insultado o MFA. Eleitores que não apoiam nenhum partido estão sendo oficialmente encorajados a votar em branco, como indicação de apoio ao MFA.

Preocupado com a possibilidade de uma vitória eleitoral duma direita-centro hostil, mesmo com todas as precauções, nos primeiros dias deste mês dirigentes do MFA "institucionalizaram" o seu papel como árbitros supremos da política portuguesa. O instrumento para isso foi um pacto dado aos partidos legalmente reconhecidos em 4 de Abril, para "discussão"; que os recipientes tiveram exactamente 48 horas para responder. Todos os principais partidos assinaram esse ultimato levemente disfarçado, embora vários pequenos grupos de esquerda se recusassem a assiná-lo.

De acordo com os termos dessa constituição de facto, todos os poderes chave estarão nas mãos do Conselho Supremo da Revolução. O presidente é simultâneamente chefe de estado, presidente do conselho revolucionário e comandante supremo das forças armadas. Ele pode nomear o chefe do governo, dissolver o parlamento e ordenar novas eleições com a aprovação do conselho. O Conselho Supremo por sua vez, pode impôr um estado de emergência, decidir controvérsias sobre a constitucionalidade de leis e decretar leis.



Port
Bro Am 940

Durante o "Período de transição", que durará de "três a cinco anos", todas as leis emitidas pelo parlamento devem ser aprovadas pelo Conselho Revolucionário para serem aplicadas. Em todo o caso, os partidos políticos não terão nenhum controle sobre assuntos militares e o conselho deve aprovar os ministros do interior, planeamento económico e defesa.

Na cerimónia da assinatura do pacto "de institucionalização", o presidente general Francisco da Costa Gomes sumarizou o pensamento por detrás desse movimento quando denunciou "minorias restritas que se embriagaram com a liberdade e dela abusam em manifestações de anarquia, inoperancia e oportunismos verbalistas" (*Diário de Notícias*, 12 de Abril de 1975). O propósito do pacto, ele sugeriu, é de impedir tais grupos de perturbar o processo revolucionário, o qual deve se desenvolver em "paz", "tranquilidade", e "serenidade".

## "Oficiais e cavalheiros"

Exactamente como no Chile, o estalinista Partido Comunista (PCP) tenta enganar as massas em acreditar que socialismo pode ser conseguido seguindo uma "via pacífica" baseada na aliança com sectores "progressistas" da burguesia, no caso português, o MFA. A "aliança MFA-povo" tem sido a pedra fundamental da política do PCP desde 25 de Abril. O mesmo é verdadeiro do Partido Socialista (PS) e dos dois satélites de "esquerda" do bloco MFA/PS/PCP, o Movimento de Esquerda Socialista (MES) e a Frente Socialista Popular (FSP). Todavia a casta de oficiais burguesa, através do MFA ou de mais generais direitistas tem repetidamente suprimido as lutas da classe operária e destruirá completamente o movimento operário organizado se necessário para manter a dominação capitalista.

Após o sangrento fim da "via chilena para o socialismo" no golpe de Setembro de 1973, o Kremlin concluiu que a solução era uma aliança mais sólida com os "oficiais progressistas". O MFA é apresentado pelos estalinistas da linha moscovita como a resposta aos acontecimentos do Chile, como uma fortaleza contra o "fascismo". Por seu lado, membros do Conselho Supremo da Revolução, como o "almirante vermelho" Rosa Coutinho, anunciam que "nós vamos para o socialismo dentro de três a cinco anos" (*New York Times*, 15 de Abril de 1975).

De qualquer maneira, os lideres do MFA tem sido incapazes de impedir o aparecimento de repetidas conspirações entre seus amigos oficiais. Elementos contra-revolucionários nas forças armadas burguesas não podem ser eliminados simplesmente pela prisão de uma meia dúzia de conspiradores ou mesmo por um grande saneamento. As forças armadas são o punho fechado da classe dominante, e a casta de oficiais, como notou Lenin, é ligada aos exploradores "por milhares de fios". O que é necessário para destruir a reação é *destruir* o exército capitalista e substitui-lo por milícias operárias.

Quanto ao "socialismo" e às medidas "anti-monopolistas" do MFA, nós precisamos apenas considerar as palavras do presidente Costa Gomes, que explicou na posse do quarto governo provisório que, "Criaremos o clima de confiança e tranquilidade que permitirá investir com risco aceitável áqueles empresários dispostos a distribuir com justiça social a riqueza produzida nos sectores reservados á iniciativa privada" (*Diário de Notícias*, 27 de Março de 1975).

## Capitalistas e reformistas

Os dirigentes estalinistas e social-democratas não estão confusos acerca do papel dos militares, mas estão, isso sim, empenhados na manutenção da dominação capitalista. Dessa maneira, o PS fala de uma revolução socialista "agora", mas insiste na presença do partido burguês PPD (Partido Popular Democrático) no governo de coligação. O PCP, na falta de um companheiro burguês de coligação, tem procurado criar seu próprio partido "não-socialista", o MDP (Movimento Democrático Português), para atrair os votos da classe média.

Mas o PS e o PCP, apesar da política pró-capitalista de seus dirigentes, são parte do movimento operário e sujeitos a pressões de suas bases. Enquanto que os estalinistas pró-Moscou abertamente furaram greves no ano passado, presentemente eles estão sob pressão da esquerda.

Não é surpresa que o PCP tenha engendrado a "suspensão" de grupos maoistas das eleições. Entretanto também apoiou a eliminação dos direitistas do Partido Democrata Cristão das eleições e pediu a expulsão do PPD do quarto governo provisório. Essa acção, enquanto que tivesse evidentemente o apoio do Kremlin, trouxe aguda crítica da parte dos partidos comunistas italiano e espanhol.

Além disso, recentemente o chefe do PCP, Álvaro Cunhal, declarou várias vezes que "nas condições portuguesas um regime democrático é incompatível com o poder dos monopólios e dos latifundiários e... portanto, em Portugal 'não haverá uma democracia burguesa' " (*Avante*, 3 de Abril de 1975). Para evitar que alguém pudesse pensar que o PC estaria pensando na revolução socialista, os estalinistas foram cuidadosos em eliminar qualquer menção à ditadura do proletariado do programa adoptado no congresso especial de Outubro último.

## Romper com o MFA!

Desde a publicação do *Manifesto Comunista*, os marxistas tem lutado pela independência política da classe operária em relação à burguesia. Esse programa foi sustentado por Lenin e Trotsky contra os reformistas que tentaram amarrar o proletariado aos seus exploradores através de "frentes populares", governos de coalição e outras formas de colaboração de classes. Trotsky escreveu no "Programa de Transição" (1938) que, "A principal acusação que a Quarta Internacional faz contra as tradicionais organizações do proletariado é o fato de que elas não desejam se separar do cadáver da burguesia."

Os trabalhadores portugueses necessitam acima de tudo de um partido trotskista que lute pelo programa marxista da independência política do proletariado, de maneira a abrir o caminho para a revolução socialista. Entretanto a única organização ostensivamente trotskista participando nas eleições, a Liga Comunista Internacionalista (LCI), uma secção simpatizante do chamado "Secretariado Unificado" de Ernest Mandel & Cia., capitula às pretensões "socialistas" do MFA.

Por exemplo, o manifesto eleitoral da LCI publicado em Janeiro não menciona o Movimento das Forças Armadas *nenhuma vez* em seis páginas. Muitas reivindicações correctas são levantadas nesse programa, incluindo certo número de reivindicações transicionais (escala móvel de salários e horas de trabalho, controle operário da produção, expropriação da grande indústria, comércio e agricultura, milícias operárias). Chama até à substituição do "actual governo de colaboração de classes com a burguesia...". Mas ele *não* exige o rompimento com o MFA, a tarefa crucial em Portugal actualmente. Isso não é o resultado de um descuido, mas sim de uma política consciente.

Na opinião da LCI, o MFA não é uma força burguesa. Num relatório sobre "A situação política actual e a intervenção da LCI nas eleições para a Assembleia Constituinte" (*Luta Proletária*, 14 de Janeiro de 1975, traduzido em *Inprecor*, 7 de Fevereiro de 1975) ela escreve que:

> "...os centros de poder político escapam ao contrôle directo da burguesia, ou, melhor, dum qualquer dos seus partidos. Uma casta militar parece erguer-se acima das duas classes sociais fundamentais em luta...."

Esse documento se refere a uma "casta militar pequeno-burguesa reformista". Outro exemplo da sua falha em reconhecer o carácter burguês do MFA foi a resposta da LCI ao pacto de "institucionalização". Como os maoistas, a LCI se recusou a assiná-lo, mas ela explicou sua recusa pelo fato de que os partidos capitalistas também foram solicitados a assinar e exigiu "a saida dos ministros capitalistas do Governo" (*Diário de Notícias*, 10 de Abril de 1975). Mas mesmo sem os ministros capitalistas no fantasma "governo provisório", o regime permanecerá burguês porque o poder está nas mãos dos militares. Sema exigencia de rompimento com o MFA, condenações ocasionais da colaboração de classes são sem sentido e a LCI é de facto, como alguns dos maoistas observaram, apenas uma cauda "esquerda" da ditadura militar bonapartista.

## Um governo operário burguês?

A pérola no diadema de capitulação da LCI é a transformação do slogan bolchevista de um governo operário na reivindicação de um governo social-democrata de esquerda *de um estado burguês*. O manifesto eleitoral de Janeiro se referia a um "*governo revolucionário dos trabalhadores*...formado por todas as organizações operárias e revolucionárias". Entretanto, referências a "revolucionário" foram tiradas como consequência, segundo informações, de discussões internas. Num documento publicado sob o título "Bases programáticas da LCI" (*Diário de Notícias*, 12 de Abril de 1975), a LCI afirma que:

> "É por isso que a imposição de um governo de trabalhadores no quadro de um Estado capitalista, isto é, no quadro da manutenção das relações económicas e sociais capitalistas e de manutenção de um aparelho político destinado a perpétuá-lo—não é senão um primeiro passo no caminho da revolução proletária e do socialismo."

Camaradas da LCI, desde a experiencia da Comuna de Paris, os marxistas revolucionários tem compreendido que o proletariado pode tomar o poder apenas através da destruição do aparelho de estado burguês. Marx e Engels escreveram na introdução de 1872 ao *Manifesto Comunista* que: "Uma coisa em particular foi provada pela Comuna, viz., que 'a classe operária não pode simplesmente apoderar-se do aparelho estatal e manejá-lo para os seus próprios fins'."

Tem havido certa confusão dentro do movimento marxista acerca do slogan "governo operário" ou "governo operário e camponês". Trotsky escreveu em 1922 que o slogan é uma "fórmula algébrica" cuja vantagem é que "ela atinge mesmo aqueles trabalhadores que ainda não se elevaram à idéia da ditadura do proletariado". "Suas desvantagens", ele escreveu, "consistem em que ele pode receber um sentido puramente parlamentar..." ("O governo operário"). É exactamente isso o que a LCI fez.

As origens dessa traição dos princípios marxistas e dos interesses do proletariado são encontradas nas obras dos revisionistas pablistas, que romperam com o trotskismo nos primeiros anos 50 ao negarem a necessidade de um partido marxista revolucionário independente e ao imputarem aos traidores estalinistas com a capacidade de fazer uma revolução proletária. Escrevendo sobre o Programa de Transição, um dos dirigentes do Secretariado Unificado (SU), ao qual pertence a LCI, Pierre Frank, comentou que o SU "reviveu e enriqueceu" os ensinamentos da Internacional Comunista ao usar o slogan de um governo operário como "uma fórmula governamental transicional correspondendo às condições organizacionais e de consciência das massas num momento dado, *e não como sinônimo para a ditadura do proletariado*" (*International Socialist Review*, Maio-Junho de 1967, ênfase nossa).

Trotsky rejeitou explicitamente essa concepção reformista. No Programa de Transição ele escreveu que os estalinistas "deram à fórmula do 'governo dos operários e camponeses' um conteúdo completamente diferente, puramente 'democrático', i.e. burguês, contrapondo-o à ditadura do proletariado. Os leninistas-bolchevistas rejeitaram resolutamente o slogan 'governo operário e camponês' na versão democrático-burguesa". Logo depois ele afirmou que o governo operário e camponês "é nada mais que a ditadura do proletariado") ("Conversações sobre o slogan 'governo operário e camponês'," *Writings 1938-1939*).

## Por um partido trotskista em Portugal

Hoje em Portugal o PCP e o PS manietam os trabalhadores combativos, ao aliar-se com a burguesia na forma do MFA. Se os maoistas não apoiam o MFA abertamente, eles são incapazes de romper claramente com ele por causa da sua política estalinista deles. Apesar de milhares de militantes que se reclamam do socialismo estarem à esquerda do reformista PCP e terem participado em lutas concretas que os põem em conflito com o MFA, eles não tem um partido marxista revolucionário que os lidere.

Nós temos, em certas ocasiões, dado apoio crítico a outros partidos operários, quando um voto para os candidatos deles, apesar de erros fundamentais e ambiguidades em seus programas, pode representar um voto de classe contra a burguesia. No caso de pequenas tendências sem base de massas, nós temos dado um tal apoio crítico quando elas combatem activamente contra a colaboração de classes. Dessa maneira, nas eleições parlamentares francesas de 1973 a Spartacist League

apoiou candidatos da OCI e da Lutte Ouvrière que se candidataram contra a frente popular, a União das Esquerdas, enquanto que criticámos duramente essas organizações quando apoiaram candidatos do PC e PS (os partidos operários da frente popular).

Mas em Portugal, a LCI não só apoia candidatos do PCP (e também da FSP e MES) naqueles distritos onde não tem candidatos, mas falha completamente em apresentar um polo classista de oposição ao MFA. Ela interpreta falsamente as tentativas do MFA de ter um papel bonapartista quando ela coloca os "oficiais progressistas" fora do campo burguês. Um comunicado da LCI em 15 de Fevereiro declara mesmo que, "O movimento operário... deve oferecer a esses 'oficiais progressistas' as possibilidades efectivas de... acelerar a sua adesão ao combate da classe operária" (*Combate Operário*, Março de 1975).

Ao reivindicar explícitamente um "governo operário" do estado burguês, e ao *não* exigir um rompimento com o MFA, a LCI adopta com efeito uma concepção da revolução em "dois estágios" que não é fundamentalmente diferente da dos estalinistas. É significativo que o PCP durante várias semanas tem exigido a expulsão do PPD do governo provisório (o que não deixaria nenhum partido burguês no "governo"). Isso não afectou nem por um minuto a sua aliança com o MFA, a pedra fundamental da política actual do PC em Portugal.

Portanto a Spartacist League não dá nenhum apoio eleitoral à LCI, enquanto que chama os militantes da LCI (e os militantes de outras organizações ostensivamente revolucionárias) a que lutem por uma política marxista de independência política da classe operária. A construção de um partido trotskista autêntico em Portugal, no curso da luta para o reforjamento da Quarta Internacional, é a condição necessária para uma revolução proletária bem sucedida e a criação de um verdadeiro governo operário, um regime baseado no governo democrático dos sovietes operários. ■

# Extrema-direita portuguesa sonda o ambiente nas eleições

**—de Workers Vanguard No. 107, 30 de Abril de 1976**

**A conspiração de Spínola desmascarada**

**27 DE ABRIL—As eleições legislativas de Domingo têm sido geralmente interpretadas como um empate pelos meios de informaçaõ imperialistas. Enquanto que os partidos mais direitistas aumentaram a sua percentagem eleitoral em relaçaõ ás eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril do ano passado, a linha divisória entre os partidos operários reformistas (PC e PS) e os partidos burgueses permaneceu práticamente inalterada. Segundo os comentadores liberais, tudo se conjugava para que se viesse a assistir a árduas negociações entre facções militares com vista ás próximas eleições presidenciais de Junho.**

Porém, a indecisão dos resultados das eleições parlamentares na verdade representou um recuo para as forças virulentamente anti-comunistas da reacção capitalista, que esperavam alcançar ganhos de monta, conseguindo uma maioria de direita. Desde a derrota da revolta dos páraquedistas em 25 de Novembro até agora, a direita tem estado na ofensiva. Generais defensores da hierarquia disciplinar prenderam oficiais esquerdistas e dissolveram assembleias de unidade, numerosas antigas personalidades da ditadura de Salazar/Caetano surgiram de novo á luz do dia e o clandestino Exército de Libertação Português (ELP) prosseguiu em sua campanha de terror bombista contra a esquerda.

Achando-se na impossibilidade de cobrir com a capa de uma maioria eleitoral o seu esforço para aniquilar os embriões de dualidade de poder e acabar com a situação pré-revolucionária que prevalece em Portugal desde a queda de Caetano há dois anos, as forças contra-revolucionárias voltar-se-ão cada vez mais para métodos menos subtis. Neste sentido existe uma similitude com as eleições parlamentares chilenas de Março de 1973: incapaz de obter a maioria de dois terços que impugnaria Allende, a CIA avançou com o seu programa de "desestabilização" e os conspiradores militares começaram elaborando sérios planos cuja consulsão sangrenta se deu em 11 de Setembro.

Os trabalhadores portugueses, sob a direcção traidora de social-democratas e estalinistas, têm vindo a recuar há já vários meses. Mas apesar das profundas expurgas na dita "esquerda militar", o proletariado não sofreu uma derrota decisiva e desmoralizante. Ainda há uma chance de criar orgãos sovieticas de poder operário para deter a escalada da direita e vibrar um golpe mortal à reacção, através da revolução socialista.

No entanto o tempo urge, e as ilusões reformistas (junto com o seu reflexo, o "putschismo" aventureirista) continuam sendo dominantes. Sem uma direcção revolucionária trotskista, os operários conscientes da cintura industrial de Lisboa e os trabalhadores agrícolas militantes do "Alentejo vermelho" poderão enfrentar a sorte dos seus irmãos e irmãs de classe chilenos. A bomba que o ELP colocou na embaixada de Cuba na véspera das eleições é um aviso muito claro....

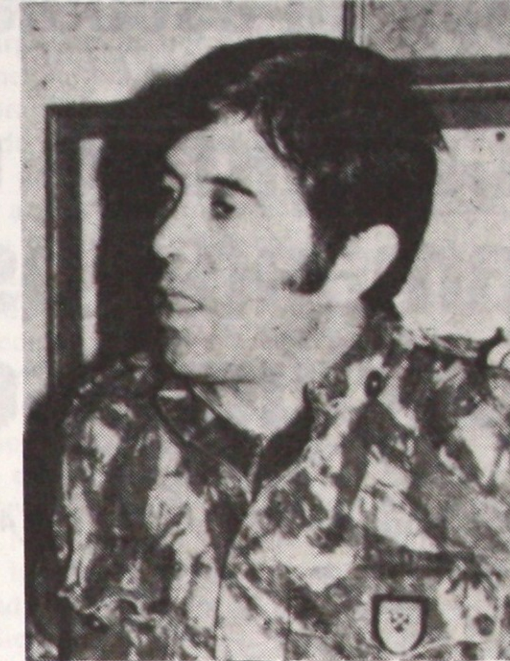
## Cretinismo parlamentarista

A despeito de inúmeras provas de que o MFA desde o início contava entre os seus membros muitos oficiais que




**António Spínola** WV Photo


**António Ramalho Eanes** Expresso


**Jaime Neves** Alvaro Tavares/A Luta

**estavam preparados para actuar como a quinta coluna das forças salazaristas, os estalinistas e social-democratas continuam a jurar lealdade ao "democrático" corpo de oficiais. Tanto Álvaro Cunhal como Mário Soares indicaram apoiar a ideia de ter um dirigente militar como candidato à presidência nas eleições de Junho. Apoiam além disso a actual constituição e assinaram o ano passado um pacto garantindo ao exército capitalista o direito de veto em todas as questões importantes durante um "período de transição" de vários anos. No conjunto, os dois maiores partidos reformistas obtiveram cerca de 50 por cento dos votos (35 por cento para o PS e 14,6 por cento para o PC).**

**Ao longo da campanha, Soares centrou a sua propaganda na promessa de governar sózinho ou passar à oposição. Já que todos os governos de coligação dos últimos dois anos foram manifestamente instáveis, argumentava o dirigente do PS, um governo minoritário do Partido Socialista asseguraria a estabilidade e assim evitaria que a classe média derivasse para a direita. Para se certificar de que sua mensagem seria bem compreendida, Soares propôs também corrigir os "erros" e os "excessos" da reforma agrária—isto é, enviar o exército para expulsar os trabalhadores agrícolas das terras que estes occuparam. E ainda com mais ênfase: "A primeiria coisa que tem de ser dita ao povo português, e nós socialistas dizêmo-lo, é que não haverá mais nacionalizações" (in *New York Times*, 3 de Abril).**

**O Partido Comunista também jogou no tema da "estabilidade" e "moderação". A sua palavra de ordem era de "governo de esquerda" do PC e do PS, excluindo o partido burguês PPD, cujo dirigente Sá Carneiro havia feito prova do seu sangrento anti-comunismo nos últimos meses. Enquanto um tal "governo de esquerda" consistiria sómente dos dois maiores partidos operários, Cunhal & Cia. fisseram tudo para evidenciar que aceitavam a legalidade capitalista e que estavam dispostos a trabalhar em aliança com (ou melhor, sob as ordens de) os generais. O PC anunciou uma "trégua social" para o período eleitoral, ou seja, anulou as greves.**

**Durante o último Verão e Outono, o PS alinhou com a** ala direita do MFA, a fim de eliminar todas as milicias operárias, comissões de trabalhadores, comités de soldados, etc., que se não subordinassem ao estado burguês. O PC tentou canalizar greves militantes e a agitação nas unidades militares esquerdistas, apelando au regresso do "Quinto Governo" encabeçado pelo general Vasco Gonçalves. Agora, com a direita na ofensiva, o PS e PC aproximaram-se.

De qualquer forma, um governo PS apoiado pelo PC, ou mesmo um governo PS-PC nada tem a ver com a unidade revolucionária do proletariado em torno de um programa *de classe*; isto de forma alguma marcaria uma ruptura com a sua politica de colaboração de classes. De facto, ambos estes partidos continuam fazendo parte do governo de frente popular encabeçado por Pinheiro de Azevedo e prometem fielmente prosseguir esta politica no futuro.

Estes partidos operários *burgueses* representam o maior obstáculo no caminho de uma defesa vitoriosa contra a ofensiva de direita; as suas ilusões parlamentaristas e submissão aos oficiais "democráticos" desarmam politicamente os trabalhadores face a um inimigo de classe que não recuará perante nada. Só unindo as numerosas comissões de trabalhadores, comissões de moradores, comités de soldados e outras organizações de massa dos trabalhadores num soviete representativo, com representantes democráticamente eleitos e revogáveis a qualquer momento, e forjando um partido trotskista para dirigir os sovietes pode o proletariado português prover-se de uma arma organizativa capaz de esmagar a reacção. ■

# Nao há escolha nas presidenciais

# Candidato das forças armadas ameaça os trabalhadores portugueses

**—de Workers Vanguard No. 112, 4 de Junho de 1975**

30 DE MAIO—Desde as inconcludentes eleições parlamentares, há um mês, as atenções voltaram-se para as próximas eleições para a presidência da república. Ao terminar o prazo, à meia-noite de Sábado, cinco candidatos, incluindo três altas patentes militares, haviam apresentado as suas candidaturas. Um deles, porêm, o general António Ramalho Eanes, tem virtualmente assegurada a victória nas eleições de 27 de Junho, fortemente apoiado pelas forças tanto do centro como da direita e pelo grosso do corpo de oficiais.

As eleições legislativas de Abril tinham sido vistas pelos reaccionários locais e imperialistas estrangeiros como uma oportunidade de apoiar os generais de linha dura, agora em ascendência, através da eleição de uma maioria de direita para o parlamento. Assim reforçadas, as forças anti-comunistas poderiam ensaiar uma prova de força com os trabalhadores mais conscientes e os resquícios da dita "esquerda militar" em nome da estabilização da democracia. Mas se os partidos da direita viram aumentar os seus votos comparativamente às eleições para a assembleia constituinte há um ano atrás, estiveram no entanto longe de obter a maioria e o total de todos os partidos operários em conjunto foi de 53 por cento. Os arquitetos da contra-revolução esperavam "marginalizar" o Partido Comunista; em vez disso o PCP aumentou a sua base eleitoral e manteve o predominio na "cintura vermelha" ao sul de Lisboa.

Desviada por esta demonstração de força de esquerda a burguesia redirigiu os seus esforços no sentido de selecionar um "homem a cavalo" apropriado às funções de Bonaparte em vista da necessária ofensiva contra o movimento operário. O *New York Times* (8 de Maio), estendendo a perspectiva da classe dominante à população inteira, declarava: "Após 50 anos de rígida ditadura de direita e dois anos de revolução romântica, os portugueses estão mais uma vez buscando uma direção firme". Saudosos do Principe Filipe no século XV, os pontifices imperialistas referiam um observador lisboeta como tendo dito: "Este país precisa de um navegador, alguém que firme o navio e lhe dê uma direção". O facto de o país estar "profundamente dividido sem uma clara maioria governamental", disse o *Times*, explicava a "preocupação à volta da escolha de um forte candidato presidencial".



**António Ramalho Eanes**



Primeiramente a burguesia esperou avançar um "candidato de unidade militar"; transformando a eleição num plesbicito, com um general ou almirante apoiado por todos os grandes partidos, o seu braço armado podia então ser retratado como representando "todos os portugueses". Os dirigentes do actual "sexto governo" de centro-direita, o presidente general Francisco da Costa Gomes e o primeiro-ministro almirante José Pinheiro de Azevedo, logo foram postos de parte como demasiado esquerdistas. Ultra-reaccionários aventaram então o nome do antigo general Kaúlza de Arriaga, um "duro" salazarista notório pelas brutais táticas militares que empregou contra as guerrilhas da Frelimo em Moçambique. No entanto, este carniceiro de inspiração fascista teria provocado uma irresistivel reacção por parte dos trabalhadores, socialistas e comunistas unidos contra ele; ele não possuia um disfarce suficientemente protetor para ser presidenciável no Portugal "revolucionário". Embora ainda no activo (diferentemente de Kaúlza de Arriaga, há muito depurado do exército) dois outros homens-fortes em potencial, o chefe do estado-maior da força aérea Morais da Silva e o comandante da região militar do norte, Pires Veloso, mostraram-se igualmente inadequados, sendo por demais associados ao antigo presidente general António de Spínola, o aspirante português a Pinochet.

## O "general que se esconde por detràs de óculos escuros"

Assim, todos os olhares se voltaram eventualmente para o cérebro do golpe de 25 de Novembro dos direitistas "oficiais operacionais", o chefe de estado-maior do exército, Eanes. Numa sondagem à opinião pública Eanes foi considerado o primeiro entre todos os candidatos pela sua "autoridade" e "firmeza" embora perdendo para Pinheiro de Azevedo em popularidade (*Expresso*, 8 de Maio). Políticamente uma direitista convicto, o chefe do estado-maior do exército é um homem de poucas palavras, tendo dado uma só entrevista desde que se tornou uma figura proeminente no Outono. Sendo desta forma tão perigoso quanto Pires Veloso ou Morais da Silva, Eanes ainda não alcançou notoriedade e pode apresentar-se como homem do centro com convicções "democráticas" ou mesmo "socialistas".

Mas quem é o antigo tenente-coronel (agora promovido a general de quatro estrelas em reconhecimento pelos seus serviços na repressão dos paraquedistas rebeldes) que se esconde por detràs de uns óculos escuros? Durante a ditadura salazarista, Eanes, um oficial de carreira, participou extensivamente nas guerras coloniais, tendo servido três anos em Moçambique, dois na Guiné-Bissau e em Angola durante 1974, onde se encontrava aquando da "revolução dos cravos" de 25 de Abril (*Vanguarda Operária*, 19 de Maio 1976). Eanes foi director de programas da RTP, posição na qual *por duas vezes* colaborou em tentativas de "putsch" de Spínola.

No primeiro caso, em 28 de Setembro de 1974, num momento decisivo em que as estações de Rádio e TV estavam sendo guardadadas por tropas do COPCON, Eanes apareceu às 3 da manhã nos estúdios como "representante do Presidente da República" (Spínola), colocando os meios de comunicação sob controlo militar (*Voz do Povo*, 18 de Maio 1976). Entretanto, Spínola havia sequestrado Otelo Saraiva de Carvalho, comandante da COPCON, no palácio presidencial. Após os seus planos terem sido frustados, o general de monóculo, Spínola, renunciou ao cargo de presidente e vários dos seus comparsas (coronel Firmino Miguel, general Galvão de Melo e outros) foram eliminados. Mas Eanes foi deixado no lugar, e quando elementos spinolistas de força aérea intentaram novo golpe em 11 de Março 1975, Eanes assegurou-se que a televisão e rádio ficariam silenciosas, deixando assim as milícias civis esquerdistas sem noticias sobre os acontecimentos até que os trabalhadores da Rádio Renascença abandonaram a greve e reabriram a estação emissora sob seu controlo. Desta vez, em seguida à derrota dos golpistas, Eanes foi forçado a renunciar.

Mas o mais notável serviço que o futuro presidente prestou à reacção capitalista foi a operação de 25 de Novembro que ele planeou baseando-se apenas no regimento de comandos encabeçado por outro oficial direitista, Jaime Neves. Enquanto que isto foi descrito pelos órgãos de informação burgueses como um golpe esquerdista falhado, a realidade foi bem diferente (ver "Lisbon Under Siege", *WV* No. 88, 5 de Dezembro 1975 para uma reportagem detalhada). O *Newsweek* de 8 de Dezembro deu uma boa descrição de como o alto-comando, capitalizando uma confusa revolta nas casernas, conseguiu desativar as unidades militares esquerdistas da capital:

> "Assim fazendo, todavia, os esquerdistas jogaram a favor dos 'Nove'—um grupo de moderados no Conselho da Revolução. Alarmados pela continua tendencia em direção à anarquia em Portugal—e pela possibilidade de uma tentativa, comunista ou radical, de derrubar o governo, os Nove e os seus apoios tinham montado uma armadilha. Numa série de discretas inspeções militares durante o mês passado, um prometedor tenente-coronel de 40 anos de idade chamado António Ramalho Eanes verificou quais as unidades decididamente lealistas e estudou a logistica da sua rápida deslocação até à capital. Na semana passada, quando os esquerdistas atacaram, Eanes e a sua equipa reponderam com um brio e eficiência que esmagaram o pretenso golpe, deram ao governo um novo controlo de facto do poder e iniciaram uma série de prisões e purgas que privaram os extremistas de muitos heróis e simples soldados."

Ao mesmo tempo que mantém a ficção de "golpe esquerdista" usada pela direita como um pretexto para o seu próprio golpe, a reportagem do *Newsweek* é enganadora num outro aspecto: Eanes não era membro do "grupo dos Nove". Os oficiais "moderados" liderados pelo major Melo Antunes, ideólogo do defunto Movimento das Forças Armadas, alinharam com a ofensiva, mas foram oficiais "operacionais" direitistas e em primeiro lugar o antes (?) spinolista Eanes que a conduziram.

Não é pois surpreendente que Spínola aponte Eanes como um dos seus na famosa conversa com o jornalista alemão Gunther Wallraff publicada na revista *Stern* do mês passado. A nossa breve resenha do seu passado deve ser suficiente para demonstrar que o general de boca fechada é mais sinistro que a imagem "democrática" dele projectada para efeitos de campanha eleitoral.

## "Capturando" Eanes

Os porta-vozes do imperialismo logo declararam que a candidatura de Eanes era do seu agrado. O *Christian Science Monitor* (4 de Maio), geralmente um intérprete fiel das posições do Departamento de Estado americano,

louvou o seu "sucesso na restauração da disciplina num exército em que demasiada revolução tinha levado a que nenhum oficial pudesse sequer estar seguro que as suas ordens seriam cumpridas sem uma discussão generalizada". Em Lisboa o reaccionário CDS e o "liberal" PPD anunciaram o seu apoio a Eanes, tendo o dirigente do CDS Freitas do Amaral declarado que o chefe de estado-maior do exército correspondia ao candidato "ideal" do seu partido. O único obstáculo parecia ser a dificuldade de encontrar um sucessor para o seu cargo que pudesse manter a coesão; o nome do antigo ajudante de Spínola, Firmino Miguel (assistente de Eanes em 25 de Novembro), foi mencionado para este posto. Por esta altura, contudo, toda a esquerda começou a agitar-se nervosamente à volta do seu preferido homem-forte para a eleição. O primeiro-ministro Azevedo anunciou a sua própria e "irrevogável" candidatura tão logo o CDS deu o seu apoio a Eanes. O **Partido Socialista—com 33 por cento do voto popular em 25 de Abril e 114 em 242 deputados, tornando-o o maior partido do país e essencial a qualquer governo com uma sólida base parlamentar—hesitou, temendo que Eanes houvesse sido "capturado" pela direita. Mas após discussões com o comandante do exército, o secretário-geral do PS, Mário Soares, declarou-se a favor de Eanes proclamando que ele interpretaria a nova constituição "socialista" duma forma "progressista" apesar da sua reputação conservadora.**

Logo em seguida Eanes declarou que se fosse eleito, "chamaria o secretário geral do Partido Socialista a formar governo" (*International Herald Tribune*, 14 de Maio). Embora o candidato à presidência não especificasse condições, há fortes rumores de que parte do que foi acordado incluia o seu apoio a um governo minoritário do PS. Parou-se igualmente de falar em nomear Firmino Miguel para chefe do estado-maior do exército, e alguns dias mais tarde Eanes deu uma longa entrevista sublinhando os "objectivos socialistas" da Constituição, defendendo a "participação das classes trabalhadoras e dassuas organizações na definição, controlo e execução de todas as grandes medidas económicas e sociais" (*Expresso*, 29 de Maio). Fôra Eanes "recapturado" por Soares?

Na verdade o general estava por certo muito mais interessado noutros aspectos da Constituição que não a sua protecção de nacionalizações já levadas a cabo (muito aquém do socialismo em todo o caso). Numa conferência de imprensa, alguns dias atrás, Eanes insistiu nos seus objectivos como "segurança, tranquilidade, paz e liberdade para todos os portugueses" e referiu como précondição para os alcançar "estabilidade nas fábricas, escolas, escritórios e campos" (*Gazeta da Semana*, 20 de Maio). Como tal "estabilidade" será alcançada pode ser avaliado por suas "reformas" no exército (onde todas as assembleias de unidade foram eliminadas) e seus poderes de acordo **com a Constituição. Segundo este documento, o presidente** é simultâneamente comandante-em-chefe das forças armadas, chefe do Conselho da Revolução, tem o poder de nomear o primeiro-ministro e é a única pessoa com autoridade para dissolver a assembleia legislativa (artigos 136-141). Pode também declarar o estado de sítio ou emergência (sob os quais o parlamento não precisa ser consultado sobre coisa alguma por 30 dias) e vetar legislação. Só quando rejeitadas por três vezes moções de confiança num primeiro-ministro designado pelo presidente pode o legislativo rejeitar a sua nomeação.

Dispondo de tão largos poderes o presidente Eanes poderia fàcilmente impôr o governo minoritário PS desejado por Soares (o PCP teria de formar um sólido bloco com a direita virulentamente anti-comunista para o derrubar). O "leader" do PS, por sua vez, tornou claro que continua seguindo o mesmo programa que no ano passado quando pediu a extirpação de todas as comissões de trabalhadores que "pretendem ser um 'poder paralelo' ao aparelho politico-administrativo do estado" e o desarmamento de todas as milícias operárias. Agora, diz Soares, "é **necessário explicar à classe operária e aos dirigentes** sindicais que têm de limitar as suas reinvindicações de forma realista" (*A Luta*, 29 de Abril). Assim o cenário está preparado para a repetição dos confrontos do Outono passado, quando o PS alinhou com as mais infames forças da reacção capitalista contra o PCP e sobretudo contra as comissões de trabalhadores e comités de soldados, numa ofensiva determinada a reforçar o estado capitalista esmagando quaisquer embriões de duplo poder. No Verão e Outono as unidades e oficiais esquerdistas foram os alvos principais; desta vez são os próprios trabalhadores directamente ameaçados.

Estará Soares conscientemente enfeudado a uma tal aliança contra-revolucionária com a reacção interna e imperialista? Não são apenas as suas acções que o provam. Num recente livro (*Portugal: Quelle Révolution?*) da correspondente de *Le Monde* Dominique Pouchin, é atribuido ao dirigente do PS o seguinte diálogo:

> "Pouchin:... Estaria pronto a lutar ao lado dos activistas do ELP [Exército de Libertação Português, um grupo fascista-terrorista, ligado a Spínola] contra os simpatizantes da democracia popular?
> Soares: Felizmente o problema não se põe, dado que as pessoas do ELP estão na clandestinidade ou deizaram o país. Mas se os comunistas houvessem tomado o poder essa aliança teria certamente sido realizada."

O "marxista" social-democrata que alinha com a contra-revolução não é o único reformista a apoiar o companheiro de Spínola e autor do golpe direitista de 25 de Novembro. O violentamente anti-soviético Partido Comunista de Portugal Marxista-Leninista (PCP-ML) e a sua frente, a Aliança Operáraio-Camponesa (AOC), também apoia Eanes, tal como o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). Estes maoistas delirantes procuram demonstrar por todos os meios que estão em concordância com a actual linha de Pequim de que o "social-imperialismo soviético" é o perigo principal no mundo de hoje. Assim o MRPP rompeu no Inverno passado com o Partido Socialista depois de ir a reboque dele durante meses, queixando-se de que Soares se tornara conciliatório em relação ao PCP. Anunciando o apoio do seu partido a Eanes, o dirigente do MRPP Arnaldo Matos declarou recentemente que o seu partido teria preferido **uma maioria parlamentar PPD-CDS à maioria PS-PCP.**

## O "militar sem medo" torna-se Robin Hood

A dita "extrema-esquerda" portuguesa, uma frouxa coligação de maoistas "suaves", sindicalistas e social-democratas de esquerda que no Outono passado formaram a "Frente de Unidade Revolucionária" (FUR) junto com o PCP e seus satélites, não aprendeu evidentemente coisa alguma com o fiasco do 25 de Novembro. Tendo aconselhado os "oficiais revolucionários" do COPCON durante meses, caíram numa caótica propaganda "insurrecionalista" apenas para se encontrarem totalmente abandonados quando Eanes & Cia. atacaram para esmagar a esquerda militar. Enquanto os comandos de Jaime Neves passeavam por Lisboa desarmando guarnição apás guarnição, o comandante do COPCON, general Saraiva de Carvalho, apareçia na TV com Costa Gomes quando este anunciou o estado de sítio proibindo todas as manifestações. Grupos como o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), que haviam prèviamente louvado o general "revolucionário" como sendo um "militar que avança sem medo" parecem agora dispostos a repetir a sua anterior capitulação perante o MFA burguês e os demagógicos oficiais com palavreado de esquerda apoiando Otelo para presidente. Tendo avisado os trabalhadores para que não fossem desviados pelas eleições burguesas em Março e Abril, advogando a abstenção, estes castristas-sindicalistas voltam-se de repente para os desviarem eles próprios, entoando cânticos ao general (desde então despromovido a major) que os abandonou em 25 de Novembro!



Combate Socialista

São acompanhados pela maoista União Democrática Popular, uma frente eleitoral do Partido Comunista Português-Reconstruído (PCP-R), que no Outono passado ia a reboque do PCP pró-Moscovo. Tendo realizado uma série de fusões com outros grupos maoistas, o PCP-R tentou recentemente, com sucesso, obter o favor de Pequim (foi oficialmente reconhecido pela Albânia em Março) através de uma mudança de linha no sentido de declarar que o Partido Comunista é agora o inimigo principal. Mas faltando-lhe estômago para alinhar abertamente com os **spinolistas, a UDP optou em vez disso pelo "revolucionário" anti-comunista Carvalho.**

Com o seu faro habitual, Otelo Saraiva de Carvalho iniciou a sua campanha com um comboio dramàtico de Lisboa ao Porto. Mas a despeito das carruagens decoradas com bandeiras vermelhas, uma conferência de imprensa na última semana mostrou que ele também não alterara a sua actuação política. **Anunciando que a sua candidatura é** "não-partidária" (embora apoiada pela UDP, PRP, MES e FSP), o major louvou os "generosos militares" e relembrou saudosisticamente as "enormes possibilidades da aliança povo-MFA". Contendo algumas palavras sobre a defesa dos trabalhadores, um ponto-chave do seu programa era "melhorar as condições de vida e a unidade e disciplina das Forças Armadas ao serviço do povo português e não contra ele". Incapaz de cortar com o corpo de oficiais do exército capitalista, Carvalho simplesmente ata seus adeptos ao estado burguês.

Sempre evasivo perante qualquer questão importante, Carvalho superou-se quando em sua conferência lhe foi perguntado se era marxista. Sua resposta: "Considero essencial para a revolução o sentimento do que é necessário fazer pelo povo." Como o jornalista continuasse tentando conseguir uma resposta, perguntando se o major seria talvez motivado por um apelo messiânico, Carvalho afirmou: "Digamos mais romantismo, mais próximo de Robin Hood..."!

## Um candidato não-candidato

Neste ano de eleições presidenciais americanas, os jornais especulam sobre aquele curioso fenómeno eleitoral burguês, o não-candidato candidato, tal como Hubert **Humphrey. Negando duma maneira mimosa estao-se** candidatando, o "não-candidato" está sempre pronto para destacar-se. Em Portugal, hoje, passa-se um fenómeno oposto, ou seja, um candidato declarado (arranjado à última hora) que de facto não é um candidato. Como poderiam esperar os estudiosos da política estalinista, trata-se do candidato do Partido Comunista, Octávio Pato.

O PCP declarara repetidamente que considerava desejável que o presidente fosse militar. Incapaz de conseguir apoio para os seus preferidos, Vasco Gonçalves (primeiro-ministro do "quinto governo" dominado pelo PCP) e Costa Gomes, ou mesmo para Pinheiro de Azevedo, ele predispunha-se a considerar a hipótese Eanes. Mas o carácter marcadamente direitista dos apoios de Eanes tornou virtualmente impossível ao PCP impingi-lo aos seus militantes. Este problema tornou-se duplamente dificil quando foi lançada a candidatura de Otelo, que poderia atrair a base do PCP e certamente atrairia os seus simpatizantes. O PCP também temia apoiar Azevedo ou Costa Gomes contra Eanes já que (a) eles seriam de qualquer forma derrotados, demostrando assim a limitada influência do partido; e (b) isso dividiria nitidamente o corpo de oficiais cuja unidade (isto é, "unidade" com os spinolistas) ele procura preservar.

Por isso o PCP designou o seu "número dois" para candidato pró-forma simplesmente como compasso de

espera. O facto de estar apresentando um candidato "independente" de forma nenhuma marca o abandono da **sua política de colaboração com os oficiais "progressistas"** e forças burguesas. O PCP continua tendo ministros no governo burguês de frente popular chefiado pelo almirante Azevedo. Da mesma forma, assinara, no inicio da Primavera, um pacto reafirmando a sua assinatura de um documento similar no ano transacto, o qual garantia que **durante um "período de transição" indefinido todas as questões políticas relevantes seriam deixadas à decisão dos** generais, na forma do Conselho da Revolução.

Para sublinhar este facto, na conferência de imprensa anunciatória da candidatura de Pato, o secretário geral do PCP Álvaro Cunhal anunciou que havia visitado Eanes para o informar da decisão, e para deixar bem claro que esta candidatura não era dirigida contra o chefe do estado-maior. A declaração do PCP insistia uma vez mais nas "vantagens de o Presidente da República ser um militar", mas acrescentava que dada a "complexidade da situação e a falta de clareza que as posições de partidos reaccionários introduzem no processo, o CC do PCP resolveu não apoiar, no actual momento, qualquer candidatura militar, *sem prejuizo do apoio que possa vir a dar a um militar que venha a ser eleito Presidente da República*" (*Avante*, 20 de Maio [sublinhado nosso]).

A tendência Spartaquista não engana os militantes portugueses pretendendo que os estalinistas estão ("apesar de si próprios") lutando pela independência da classe operária em relação à burguesia. Os representantes portugueses do "Comité Internacional" de Healy, a Liga para a Construção do Partido Revolucionário (LCPR), pelo contrário, nas eleições legislativas de Abril apelaram **ao voto nos candidatos do PCP, e dizem agora que,**

> "Um voto operário massivo contra essas candidaturas [Eanes e Azevedo] será um tremendo golpe para essa conspiração reaccionária. A apresentação de um candidato civil do PCP, Octávio Pato, abre perspectivas para um tal voto."
>
> *Vanguarda Operária*, 19 de Maio

Isto é um obscurecimento inadulterado ao serviço da sua capitulação centrista. O PCP declara expressamente, e o grosso dos trabalhadores portugueses está disso bem consciente, que Octávio Pato não se candidata contra os generais mas *a favor* delés.

O dever dos trotskistas revolucionários é expor o colaboracionismo de classe que esta candidatura representa, e não pretender que ela de alguma forma representa uma ruptura com as forças armadas. É esta a posição da tendência Spartaquista internacional, a qual proclama decididamente que nenhum dos candidatos às eleições presidenciais portuguesas—nem o general, o almirante, o ex-general nem o seu aguadeiro estalinista—pode servir como veículo para registar um voto pela independência proletária. ■

## Confrontado pela Spartacist League

# Director do República defende o fura-greves Carvalho

**—de Workers Vanguard No. 113, 11 de Junho de 1975**

Num concorrido comício realizado em 5 de Junho em Nova York, Alexandre Oliveira, antigo director do defunto diário de esquerda *República*, defendeu o "poder popular" e a aliança com os "oficiais revolucionários" do Movimento das Forças Armadas. O acontecimento teve um certo carácter saudosístico, com posters da "Aliança Povo-MFA" do ano passado bem em destaque e um documentário político (*Viva Portugal*) que terminava com as eleições de Abril de 1975. O sentido da mensagem de Alexandre Oliveira era que, apesar dos recuos, nem tudo estaria perdido em Portugal, sendo para os liberais e radicais ali reunidos um dever auxiliar o semanário *Gazeta da Semana*, sucessor do *República*.

O filme, ultra-longo, realizado por três repórteres da TV alemã, é essencialmente uma apologia á ala esquerda do MFA, qual sofreu profundas depurações após o golpe dos oficiais direitistas em 25 de Novembro último. No entanto, *Viva Portugal* mostra, com uma profundidade dramática e reveladora, um acontecimento da maior relevância: a tentativa de putsch spinolista de 11 de Março de 1975. Correndo de um lado para o outro à medida que os pára-quedistas se aproximavam do Regimento de Artilharia Ligeira No. 1, repórteres da TV portuguesa captaram a imagem da íncrivel confusão que rodeou este mal-preparado golpe (bem como a maior parte dos acontecimentos determinantes dos últimos dois anos, dominados por confrontos nem sempre muito claros dentro do corpo de oficiais). A determinada altura o sub-comandante dos "páras", a quem perguntaram o que se estava passando, respondeu: "Bem, francamente não sei".

Depois que o comandante dos pára-quedistas desiste de efectuar o ataque, registam-se dramáticas cenas de confraternização entre os soldados de ambos os lados. Mas o episódio politicamente mais significativo foi o das negociações para obter tréguas. O oficial de esquerda Dinis de Almeida, do RAL-1, esboça a hierarquia do mando, logrando convencer o chefe dos pára-quedistas de que tudo se poderá resolver apelando para os seus superiores, o comandante do COPCON general Otelo Saraiva de Carvalho e o presidente Francisco da Costa Gomes.



Desde a "revolução dos cravos" de Abril de 1974, nem mesmo os "oficiais socialistas" mais á esquerda romperam com a hierarquia militar. A 11 de Março o comandante dos pára-quedistas capitulou perante Dinis de Almeida porque Otelo Saraiva de Carvalho estava "por cima"; oito meses depois, a 25 de Novembro, foi Dinis de Almeida que se submeteu aos reaccionários, porque Carvalho abandonou



**Otelo Saraiva de Carvalho** Militant

os seus seguidores para se colocar ao lado de Costa Gomes. O exército nunca se dividiu segundo linhas de classe—que colocariam os soldados sob a direcção dos trabalhadores—mas sim segundo as clivagens dentro do próprio corpo de oficiais. Este é um facto essencial que explica a facilidade com que algumas centenas de comandos conseguiram neutralizar todos os "regimentos vermelhos" de Lisboa num espaço de poucas horas.

Só durante o debate que se seguiu ao filme é que as verdadeiras questões políticas vieram ao de cima, através das intervenções de aderentes da Spartacist League (SL) dos E.U.A. Jan Norden, director de *Workers Vanguard* (orgão da SL) desafiou Alexandre Oliveira a defender a tomada do *República* pelos tipógrafos em 1975. Referindo que a Spartacist League defendeu os tipógrafos contra a repressão governamental, Norden chamou a atenção para o facto de que essa tentativa de silenciar o director (do PS) do jornal, resultava na censura pelo estado burguês. Norden perguntou então:

> "Como podem defender, tanto no *República* como agora na *Gazeta*, o ex-general Carvalho, que é um oficial do exército burguês e nunca rompeu com ele, e que agora vocês estão apoiando para presidente? Eanes é o candidato do 25 de Novembro, e vocês estão apoiando o homem que levou ao 25 de Novembro."

Oliveira evitou a questão de Carvalho e negou que os trabalhadores do *República* contassem com os militares. Eles estavam, disse ele, "construindo uma legalidade revolucionária e...não era imposta pelo Conselho da Revolução ou por quem quer que fosse". Pretendendo que tudo o que os trabalhadores pediam ao governo era que este os deixasse publicar um jornal, decidir de sua orientação e "defender o movimento do poder popular", Oliveira argumentou: "Isso faz parte da ligação entre os oficiais revolucionários, os soldados revolucionários e o povo...." Não deu explicação, contudo, para a facilidade com que o "Conselho da Revolução" dos generais encerrou o *República* em Dezembro último (o director militar renunciou e o jornal foi devolvido a seus donos).

Alguns minutos mais tarde um segundo militante da SL pergou de novo no tema. "Não é verdade", perguntou ele, **"que as tropas de Carvalho foram utilizadas para reprimir** a greve dos TAP [em Setembro de 1974] e não é igualmente verdade que durante a revolta dos quartéis de 25 de Novembro ele apareceu na TV com Costa Gomes, que exigia o desencadear da repressão?... Não é verdade que o apoio dado aos oficiais de esquerda preparou o palco para o golpe de 25 de Novembro porque os soldados não romperam com os seus oficiais burgueses...e assim abriu o caminho para a subida de Eanes ao poder?"

O moderador procurou desviar a questão "resumindo": "Na essência ele está perguntando 'se não é verdade que' diversas forças apoiaram Otelo, a quem a Spartacist League aparentemente se opõe"; e noutra altura tentou impedir Oliveira de responder (o que este não permitiu). Mas as primeiras palavras do ex-director do *República* foram tremendamente eloquentes a respeito das ilusões do "movimento do poder popular" em Carvalho e nos outros "oficiais revolucionários": "Otelo não deve ser eternamente condenado por reprimir a greve dos TAP." Quando, do meio da assistência, um militante retorquiu, "Mas depois do Chile como podem continuar a ter confiança nos militares?" Oliveira respondeu: "Eu não tenho confiança nos militares.... É confiança nesta e naquela coisa concretas, neste e naquele homen, nos oficiais do RALIS, nos oficiais do COPCON." Como se queria demonstrar. ■


**WORKERS VANGUARD**

**Publicação bi-semenal marxista-operária da Spartacist League**

Nome____________________

Rua____________________

Cidade/país____________________

**Assine!**
☐ US $5—24 núm. (via superficie)
☐ US $15—24 núm. (via aérea)
**incluje SPARTACIST**

page à/remeta à:
Spartacist Publishing Co.
Box 1377, GPO/NY, NY 10001/EEUU

# Eleito presidente o general "da lei e da ordem"

# O PC em apuros nas eleições portuguesas

**—de Workers Vanguard No. 116, 2 de Julho de 1976**

Nota da redacção: *Este artigo foi escrito antes das eleições presidenciais de 27 de Junho, nas quais o chefe do estado maior do exército, general Eanes, foi eleito com 61 por cento dos votos. Dos restantes candidatos, o major Carvalho teve 17 por cento, o almirante Azevedo foi o terceiro com 14 por cento e o candidato do Partido Comunista, Octávio Pato, foi o menos votado, com menos de 8 por cento.*

25 DE JUNHO—Embora as próximas eleições presidenciais portuguesas não tenham conseguido despertar grande interesse por parte da população, agitaram considerávelmente a esquerda. O Partido Comunista (PCP), em especial, está apavorado com a quase total ausência de reacção (mesmo em suas próprias fileiras) á apresentação do seu candidato, que se arrasta miserávelmente no último posto das sondagens á opinião pública. Entretanto, a maior parte dos grupos á esquerda do PCP abandonou qualquer simulacro de independência de classe apoiando servilmente a campanha do major Otelo Saraiva de Carvalho, antigo comandante das forças de segurança do COPCON.

De acordo com as reportagens, o candidato que menos entusiasmo provocou foi o chefe do estado maior do exército, general António Ramalho Eanes, geralmente considerado vencedor antecipado. Embora apoiado pelo Partido Socialista (PS), Partido Popular Democrático (PPD), Centro Democrático Social (CDS) e vários partidos menores (incluíndo os maoístas MRPP e PCP-ML)—forças que em conjunto totalizaram 77 por cento dos votos nas legislativas de Abril—as reuniões e comícios da campanha de Eanes têm sido muito pouco concorridos, e tanto o PS como o PPD levaram menos de 10.000 pessoas ao Campo Pequeno em Lisboa. Além disso, pelo menos uma organização local do PS de certa importância (Aveiro) recusou o seu apoio ao cérebro do golpe dos oficiais direitistas de 25 de Novembro.

As razões da perturbação da esquerda perante a candidatura de Eanes saltam á vista. Escolhido pelos altos comandos militares como o "homem forte" mais apto para "estabilizar a democracia", isto é, reorganizar o exército e manietar o movimento operário, as suas ligações com o virulento anti-comunista general António de Spínola são bem conhecidas. De facto, rumores indicam que o antigo presidente—e dirigente do ultra-direitista Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), por sua vez ligado ao fascista Exército de Libertação Português (ELP)—poderá regressar ao país na sequência de uma vitória de Eanes.



Informations Ouvrieres

Além disso, foi recentemente revelado que o cunhado de Eanes era um dos pilotos que atacaram o esquerdista RAL-1 durante o putsch spinolista de Março de 1975 (*Times*, [Londres], 28 de Maio).

Tendo os partidos operários (em primeiro lugar o PCP e o PS) obtido mais de 50 por cento dos votos em Abril, Eanes absteve-se de acender o furor anti-comunista já que isso lhe poderia custar muitos votos socialistas. Mas os seus patrocinadores burgueses acomodaram-se, e os E.U.A. deram o seu aval na forma de uma recente remessa de equipamento militar avançado (veículos blindados e tanques M-48) destinada a equipar uma "brigada de intervenção" de elite. Enquanto que o manifesto eleitoral do comandante do exército utiliza uma fraseologia vagamente "progressista", o slogan de sua campanha, "liberdade em segurança", é uma inconfundível chamada á "lei e ordem" capitalistas. Eanes ameaça sinistramente a esquerda que "não consiga colaborar num processo de transformação da maneira que lhe pertence... terá de ser reprimida" (em *Expresso*, 19 de Junho).

Outra indicação do "interesse" que os principais poderes imperialistas dispensam ás eleições presidenciais portuguesas é dada pelos cândidos comentários do candidato ao segundo lugar e actual primeiro-ministro, almirante José Pinheiro de Azevedo. Quando um repórter da Associated Press lhe perguntou se o Partido Comunista poderia participar nem futuro governo (o PCP detém actualmente uma pasta ministerial, mas Eanes disse que chamaria o PS a formar um governo minoritário exclusivo), o "almirante sem medo" respondeu dócilmente:

> "Isso depende da política americana. A decisão está na America... isso não é dependência nenhuma da minha parte.... tenho os pés no chão e hoje não há independências totais há alianças de compromissos."

Pinheiro de Azevedo não só é franco a respeito das **ordens vindas de Washington, oá também livre expressão á** sua hostilidade em relação á classe operária. Quando no Outono passado os trabalhadores da construção civil entraram em greve pelo aumento de salários e a certa altura cercaram o palácio presidencial durante dois dias, ele mandou-os á "bardamerda". Ainda que ele procure apresentar-se como uma alternativa "progressista" ao chefe do estado maior do exército, o "Sexto Governo" de Azevedo procurou repetidamente o confronto com a "esquerda militar", o qual veio a ocorrer em 25 de Novembro, trazendo consigo a ascenção de Eanes.

## "Um guia e um amigo para todos os portugueses"

O trunfo nas eleições portuguesas é o major Carvalho, que faz a sua campanha como o "candidato do 25 de Abril" (ele comandou o golpe que derrubou a ditadura de Caetano, há dois anos). De novo na ribalta após ter sido preso (e despromovido) a seguir aos acontecimentos de 25 de Novembro, o major auto-proclamou-se "Robin dos Bosques"—o ano passado era "o Fidel Castro da Europa"—e atraiu impressionantes multidões com uma campanha de estilo ardente e romântico.

Quando partiu para o norte no dia seguinte ao anúncio de sua candidatura, um comboio especial ornamentado com bandeiras vermelhas foi saudado na gare do Porto por uma multidão estimada entre 70.000 e 100.000 pessoas, a maior manifestação esquerdista de sempre no norte. E na militante cintura industrial ao sul do Tejo, operários dos estaleiros da Setenave e Lisnave votaram massivamente apoiar o major Carvalho para Presidente, a despeito da oposição de comissões de trabalhadores dominadas pelo PCP.

Mas entre a aparência e a realidade da campanha de Otelo de Carvalho vai uma grande distância. O arquiproponente de uma "aliança Povo-MFA" serve-se de fraseologia esquerdista apenas para amarrar os trabalhadores combativos ao seu inimigo de classe, e em especial ao corpo de oficiais burguês. O antigo comandante do COPCON rotula a sua candidatura de "não-partidária" e reafirma o seu empenho em preservar a disciplina e **unidade do exército capitalista ("ao serviço do povo",** claro).

O programa de Carvalho (*Revolução*, 10 de Junho) defende o "direito à greve, direito sagrado dos trabalhadores" e promete "jamais permiti[r] que a repressão se abata sobre os trabalhadores"; não menciona no entanto o facto de terem sido as tropas do COPCON a quebrar a greve dos mecânicos da TAP em Setembro de 1974. Da mesma forma, defende a "liberdade de expressão" mas passa convenientemente por cima da ocupação das estações de rádio e televisão pelas tropas do COPCON em Setembro último, numa jogada do Sexto Governo para afastar os jornalistas de esquerda dos meios de informação.

A lista de contradições é interminável: o programa do major diz que este se compromete a garantir a organização sindical "independente do Estado" mais uma vez convenientemente esquecendo que as suas forças de segurança destituíram dirigentes do Sindicato dos Quimicos—dominado por maoístas—em Abril de 1975. Quanto á declaração de que, se fosse eleito, "não admitir quaisquer tentativas para fazer pagar às classes trabalhadoras a crise económica capitalista", não só cai por terra em face das acções de Carvalho no Verão passado quando conclamou os trabalhadores a "ganhar a batalha da produção" e do famoso documento do COPCON apoiando o programa de austeridade do ministro Vasco Gonçalves; como está também em linear contradição com as suas próprias palavras durante a campanha. Numa entrevista publicada no *Expresso* (25 de Junho), o major do "poder popular" fala das medidas económicas "inevitávelmente impopulares" do próximo governo.

A campanha de Otelo de Carvalho está cheia de absurdos, que são de resto a marca registada deste demagogo de duas caras. A determinada altura anunciou que seria "um guia e um amigo para todos os portugueses" e depois observou (aparentemente sem pestanejar): "sinto que começo a tornar-me intransigente na defesa da justiça social"! O seu programa económico consiste em "dar prioridade á agricultura" num país que se encontra já parcialmente industrializado. Mas enquanto esquerdistas ingénuos aclamavam o "candidato do 25 de Abril", Carvalho recusava atacar frontalmente o spinolista Eanes ("um militar de valor") e deixava saber que nomearia o dirigente socialista Mário Soares ("um português patriota") para formar governo. Acontece que Soares é precisamente o eleito, tanto de Eanes como de Azevedo, para esse cargo!

## O Partido Comunista em apuros

Se é inegável que votar no general, no almirante ou no major é votar na burguesia, é igualmente verdade, como explicámos em nosso último artigo ("Candidato das forças armadas ameaça os trabalhadores portugueses", *WV* No. 112, 4 de Junho), que nem mesmo a candidatura do Partido Comunista representa uma ruptura com os capitalistas. Mais exactamente, representa uma tentativa do PCP de evitar hostilizar Eanes, isto numa situação em que se vê

constrangido a não apoiar abertamente o Bonaparte direitista sob pena de perder o controle da sua base operária. Mas nem um candidato do partido suscitou o entusiasmo dos simpatizantes comunistas, e os dirigentes do PCP temem obter menos de metade dos votos que lhes foram concedidos nas legislativas de Abril (14 por cento do total).

Apesar de protestarem que (ao contrário de Soares) não são eleitoralistas, as cúpulas do PCP estão suando frio ante a perspectiva de uma derrota nas urnas. O partido não tem chance alguma de ganhar postos ministeriais e as suas fileiras estão mergulhadas na confusão. Este estado de pânico era evidenciado pela primeira página da edição de 9 de Junho do *Avante*. Um comunicado proclamava imperiosamente:

> "A complexa situação que rodeia as eleições para a Presidência da República exige da parte de todos os militantes e simpatizantes do Partido um vigoroso esforço para a divulgação da orientação do PCP....
> "O estudo e discussão dos materiais do Partido é uma tarefa imperiosa! Cada militante deve procurar, através dos documentos e proclamações do Partido, dos discursos dos camaradas da direcção documentar-se para que, nos seus locais de trabalho, no convívio de todos os dias, possa esclarecer dúvidas que surjam...."

**E depois a ordem marcial: "Votemos em massa no camarado Octávio Pato!" Quando um partido estalinista se vê reduzido a exortar públicamente os seus membros a votar no candidato do partido, podemos ter a certeza que está em muito graves apuros!**

## O "Caso Arlete"

A construção de um partido trotskista baseado num claro programa de independência de classe, rompendo com todas as alas da burguesia, aí inclusos os oficiais de palavreado esquerdista, seria o elemento capaz de alterar profundamente o rumo dos acontecimentos políticos em Portugal. Uma grande parte do apoio de Carvalho vem de trabalhadores desiludidos com o patrocínio declarado do Partido Socialista e a covarde capitulação do Partido Comunista face a Eanes, por trás de cujos óculos escuros se oculta um monóculo. Um candidato apelando á ruptura com a colaboração de classe do PS e do PC, não depositando confiança no exército capitalista, pela unificação das comissões de trabalhadores numa assembleia nacional dos trabalhadores, poderia apontar o caminho para quebrar o círculo vicioso da "estabilização da democracia parlamentar" oposta ao "poder popular" controlado pelos militares.

Ao longo de todo o ano passado, as duas principais organizações ostensivamente trotskistas em Portugal, ambas alinhadas com o mal chamado Secretariado "Unificado" da Quarta Internacional (SU), andaram a reboque do PC e do PS. No Outono passado a LCI (Liga Comunista Internacionalista, alinhada com a maioria centrista do SU, liderada por Ernest Mandel) entrou na "Frente de Unidade Revolucionária" (FUR), a qual apoiava o Quinto governo, de frente popular, de Vasco Gonçalves e incluía inicialmente o Partido Comunista. Ao mesmo tempo, enquanto o Partido Socialista actuava como ponta de lança duma reaccionária movimentação anti-comunista, o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores, alinhado com a minoria reformista do SU, e, nos últimos meses, especificamente com o PST argentino) lançava inacreditávelmente a palavra de ordem de governo Soares.

Todavia, nas eleições presidenciais, nem o PC nem o PS apresentaram de início um candidato (a candidatura de Pato foi o resultado da incapacidade do PCP encontrar um general que pudesse apoiar) e assim, sem ninguém de quem seguir na cauda, a LCI e o PRT decidiram lançar um candidato conjunto. Isso se integra também nas intermitentes discussões sobre a "unidade" levadas a cabo pelos dois grupos simpatizantes do SU.

A sua escolha recaiu numa tal de Arlete Vieira da Silva, cuja fotografia foi publicada em panfletos precedendo o seguinte título: "Arlete, Uma Mulher, Uma Trabalhadora, Uma Revolucionária". Um resumo biográfico proclamava que ela havia sido militante do PCP durante 16 anos tendo sofrido cinco prisões, uma das quais por mais de três anos. Uma nota no órgão internacional do SU, *Inprecor* (27 de Maio) entrava em detalhes da tortura ("as marcas podem ainda ser vistas em seus pulsos quebrados"). Na sequência do derrube de Caetano, dizia, ela demitira-se do PCP em desacordo com as práticas de fura-greves e a colaboração de classe dos estalinistas.

No entanto, três semanas após o lançamento da candidata da LCI/PRT, depois que as necessárias 7.500 assinaturas foram recolhidas e na véspera do prazo-limite para a entrega, *ambos os grupos retiraram-lhe repentinamente o seu apoio*. Que se passou? Tudo a que os leitores do jornal do PRT *Combate Socialista* (2 de Junho) tiveram direito como explicação foi uma história nas páginas interiores com o lacónico título "Deixou de existir a única candidatura de independência de classe!" A única resposta que aí se encontraria ás "muitas interrogações [que] se terão feito" sobre o repentino recuo seria uma referência a presuntos comunicados sobre o assunto, que não aparecem. "Arlete Vieira da Silva tinha-nos fornecido dados que não eram verdadeiros sobre o seu passado político", diz, "não garantindo, desta forma, a idoneidade política e moral que um partido revolucionário tem de exigir para apoiar uma candidatura de classe...."

Poucos dias antes, a LCI havia retirado o seu apoio a "Arlete" dizendo que esta "não tem nem o passado nem as condições mínimas que lhe permitam ser a intransigente defensora de um programa de unidade e independência do movimento operário". Censurando sobretudo o PRT (que já a incluira nas listas para as eleições parlamentares de Abril), a LCI admitiu tímidamente que só demasiado tarde investigara o que estava por trás de sua "candidata revolucionária". E também não disse nada sobre o que descobrira (*Luta Proletária*, 2 de Junho).

A imprensa burguesa foi mais explícita. O *Expresso* (29 de Maio) noticiava ter sabido pelo PRT que inquéritos realizados não evidenciaram prova alguma de que a sua candidata houvesse alguma vez sido presa por motivos políticos. De facto, o único proceso contra Arlete Vieira da Silva foi para responder por "falta de pagamento e desvio de vários electrodomésticos"!! Em França o diário *Rouge* (30 de Maio), jornal da Ligue Communiste Révolutionnaire (LCR), perguntava na primeira página se "Arlete" seria uma "Mitómana ou provocadora?"

Não dispomos de informações que nos permitam dizer se o "caso Arlete" foi, como a LCI e o PRT sugerem, uma provocação estalinista. É certo que o PCP só bastante tarde veio a lume com qualquer informação que pudesse ter sobre o carácter duvidoso de um antigo membro (cujo marido supostamente milita no Partido Comunista), ao mesmo tempo que espalhava rumores. Além do mais Cunhal & Cia. estão já sem dúvida tentando utilizar este incidente para espalhar a sua habitual calúnia de que os trotskistas são provocadores. Porém, o que este caso definitivamente põe a nu é que no seu caudismo congénito em relação aos reformistas, os liquidadores pablistas demonstram uma ausência fundamental de seriedade política que os leva a agarrar-se a uma desconhecida como candidata á presidência apenas porque ela poderia servir como chamariz de tipo publicitário para atraír votos comunistas. Neles, as glândulas salivares são mais fortes que o cérebro, e é evidente que ao apresentar Arlete Vieira da Silva nas eleições, LCI e PRT não sentiram o mínimo **impulso de dar ás massas trabalhadores uma direcção séria.**

## Nenhum apoio ao Scheidemann português!

Mas o falhanço dos falsos trotskistas do SU em proporcionar uma direcção política estende-se bem para além da personalidade da sua ex-candidata. Ainda que a LCI e o PRT tivessem apresentado uma personalidade aceitável com o mesmo programa político que Vieira da Silva, essa não seria uma candidatura de independência da classe operária. Os trotskistas não poderiam ter apelado ao voto no candidato da LCI/PRT.

Formalmente a campanha de Vieira da Silva opunha-se ás frentes populares, exigindo do PCP e PS que rasgassem o pacto anti-operário assegurando o controle militar da vida *política* portuguesa. Uma ambiguidade importante foi introduzida pela inclusão, no acordo LCI/PRT, do apelo a "todas as organizações do movimento operário e particularmente ao PS e ao PCP para que seja apresentada uma candidatura operária única às eleições presidenciais", e a proposta de retirar o "candidato trotskista" em favor de um candidato PS/PCP. Dado que tanto os comunistas como os socialistas estão no Sexto Governo de frente popular, apoiam o pacto Forças Armadas/Partidos e se subordinam aos militares burgueses, esta proposta poderia significar apoiar um "candidato operário" de uma frente popular. Porém, quando o PCP lançou a candidatura de Octávio Pato, a LCI e o PRT mantiveram o seu candidato. O PRT escreveu:

> "Que os dois grandes partidos operários apresentem um candidato civil socialista ou comunista é uma condição necessária mas não suficiente....seriam precisas sólidas garantias de completa independência face aos generais e capitalistas para que os trabalhadores pudessem apoiar esse candidato. Ora, a candidatura de Octávio Pato as únicas garantias que dá são precisamente as garantias inversas: de colaborar com os generais e de apoiar o presidente militar que fôr eleito."
> *Combate Socialista*, 21 de Maio

Mas houve um outro factor que foi decisivo em afastar a possibilidade de dar apoio crítico á candidatura PRT/LCI: a declaração de que "o candidato compromete-se, em caso de eleição, a encarregar o secretário geral do PS Mário Soares..., a constituir um governo...apoiado numa maioria parlamentar de esquerda...." Como podem estes pretensos trotskistas propor o mesmo governo que Carvalho, Azevedo *ou Eanes*?

Quando das eleições parlamentares o PRT fez várias declarações argumentando que a propaganda de Soares por um "*governo sózinho do PS*" era uma concessão ás bases operárias que desejavam ver o seu partido sózinho no poder, não comprometido com o inimigo de classe. Nada poderia estar mais longe da verdade.

A argumentação de Soares ao apresentar a reivindicação de um regime minoritário PS baseava-se no facto de os seis governos de coligação terem sido todos instáveis e incapazes de actuar decididamente no sentido de "estabilizar a democracia". Um governo PS como um presidente militar forte (Eanes), dizia ele, poderia cumprir esta tarefa.

Mas que significa "estabilizar" a democracia burguesa em Portugal, onde não existe tradição de democracia parlamentar? Não significa defender um parlamento eleito contra o bonapartismo militar. Pelo contrário, significa defender uma assembleia legislativa fantasma, cuja única base de poder é o corpo de oficiais, contra " poderes paralelos" tais como as comissões de trabalhadores. E isto quer dizer, como Soares inequívocamente declarou quando da inauguração do Sexto Governo em Setembro passado, esmagar quaisquer embriões de duplo poder, dissolver as comissões de trabalhadores e de moradóres, eliminar qualquer tentativa de controle operário, desarmar milícias operárias e varrer os restos da "esquerda militar". É *isso* que significa a palavra de ordem PRT/LCI de um "governo Soares"!

Mário Soares quer desempenhar o papel de Scheidemann ao esmagar a revolução alemã em 1918-19. Em suas entrevistas com Dominique Pouchin (*Portugal: Quelle Révolution?*), o dirigente do PS sugere que a Alemanha de depois da Primeira Guerra Mundial é uma analogia mais adequada ao Portugal de hoje do que a Espanha dos anos 1930 ou o Chile de 1970-73. Eis por que o Partido Socialista está desejoso de apoiar um spinolista convicto como Eanes para presidente. O comentário de Soares de que combateria ao lado do ELP contra a "ditadura comunista" (*ibid.*) é um indicativo disso mesmo.

A LCI e especialmente o PRT fetichizam a "frente única operária", algo semelhante ao que faz a OCI francesa com a sua concepção anti-leninista de uma "frente única estratégica". (Os simpatizantes portugueses da OCI foram aliás os primeiros a lançar a palavra de ordem de governo Soares.) Mas a situação que se vive presentemente em Portugal é bem diferente da Alemanha em 1931-33, quando os Social Democratas e Comunistas (de maneiras diferentes) *capitularam* perante os fascistas. Quando um partido "socialista" está *encabeçando* uma movimentação contra-revolucionária, os marxistas devem apelar para oposição intransigente aos seus candidatos.

Poderíamos perguntar, se Rosa Luxemburg se tivesse candidatado á presidência na Alemanha do final de 1918, ter-se-ia comprometido a indicar Scheidemann (o primeiro-ministro do SPD que tentou, com sucesso, subordinar os conselhos operários nascentes ao estado-maior militar através de apelos á democracia parlamentar) para formar governo se fosse eleita? Como a história mostrou, por meio do assassinato de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht com a conivência do regime de Scheidemann, uma tal actuação teria sido fatal, não só para a classe operária mas particularmente para aqueles revolucionários confessos que declaram opor-se á política de colaboração de classe dos reformistas.

E o que disse Rosa Luxemburg? Na declaração programática do Partido Comunista Alemão "Que quer o Spartacusbund?", escreveu: O Spartacusbund recusa-se a

participar no poder governamental com a burguesia, com os Ebert/Scheidemann, porque vê numa cooperação deste género uma traião aos princípios do socialismo, o reforço da contra-revolução e uma paralisação da revolução." A reivindicação de um governo Soares (Scheidemann) não auxilia hoje os trabalhadores a romper com a burguesia; em vez disso propara o caminho para o término sangrento da situação pré-revolucionária que existiu em Portugal desde Maio de 1974.

## Patinhos no pântano do oportunismo

O período eleitoral de Junho confirmou amplamente que a candidatura PRT/LCI não era uma de oposição firme "aos capitalistas e generais". Na edição seguinte de *Combate Socialista* (2 de Junho) depois de afirmar que as únicas garantias dadas pelo candidato do PCP eram de que colaboraria com os generais, o PRT proclamava que os militantes operários deveriam dar o seu voto a Octávio Pato. Vai mesmo ao ponto de admitir que "agora...é impossível votar por qualquer candidato que concorra contra os generais, porque...esse candidato não existe". A melhor expressão da falência desta política é talvez o subtítulo do mesmo artigo: "Um Jogo com Todas as Cartas Viciadas". O PRT tem uma mão politicamente vazia e a sua palavra de ordem de "expressar o seu repúdio pela principal candidatura militar", Eanes, votando em Pato abre a porta a toda a espécie de políticas do "mal menor" *incluindo votar numa frente popular (como a coligação de Allende no Chile) contra a direita reaccionária.*

A LCI também apelou ao voto em Pato, tal como todas as outras organizações portuguesas que se reclamam do trotskismo, incluindo os simpatizantes da OCI (CLMRP), os Healys (LCPR) e um grupo de simpatizantes do Socialist Workers Party americano que foi este ano expulso do PRT. Só a tendência Spartaquista alertou para que nem o general "de óculos escuros", o almirante "sem medo", o major "Robin dos Bosques", nem o seu cão de **trela estalinista permitem registrar um voto pela independência da classe operária.** ■


Cuadernos Marxistas
Documentos de la Spartacist League/EE.UU.
No. 3
CHILE
LECCIONES DEL FRENTE POPULAR
Editado por SPARTACIST PUBLISHING CO. Box 1377, GPO, New York, NY 10001/USA

| | |
|---|---|
| **No. 1: Hacia el Renacimiento de la Cuarta Internacional** | **—US$0,50<br>— 15$00** |
| **No. 2: Cuba y la Teoria Marxista** | **—US$0,25<br>— 7$,50** |
| **No. 3: Chile—Lecciones del Frente Popular** | **—US$0,50<br>— 15$00** |

**SPARTACIST PUBLISHING CO.**
**Box 1377 GPO, New York, N.Y. 10001 E.U.A.**